

# “EU TIVE QUE VIAJAR PARA VÁRIOS PAÍSES PARA CHEGAR AO BRASIL”: ENUNCIÇÕES SOBRE MOVIMENTOS INFANTIS E ESPACIALIZAÇÕES DO VIVER

## “I HAD TO TRAVEL TO SEVERAL COUNTRIES TO GET TO BRAZIL”: STATEMENTS ABOUT CHILDREN MOVEMENTS AND SPATIALIZATIONS OF LIVING

Flávio Santiago<sup>1</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7019-2042>

Gabriela Rodrigues de Castro<sup>2</sup>  
[gabrielarc@id.uff.br](mailto:gabrielarc@id.uff.br)

Jader Janer Moreira Lopes<sup>3</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3510-8647>

### RESUMO

Os estudos migratórios, tanto nacionais quanto internacionais, têm se concentrado principalmente nos aspectos do trabalho. Ainda há um grande déficit de pesquisas sobre a inserção de crianças nos fenômenos globais de migração, tanto no Brasil quanto no mundo. Neste contexto, o presente artigo objetiva apresentar as dinâmicas de chegada das crianças migrantes venezuelanas na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Trata-se de um ensaio descritivo que apresenta dados das matrículas escolares e notas de campos de pesquisas desenvolvidas nas escolas da cidade mineira. A escrita do trabalho tem como propósito ampliar o campo de estudos a respeito de crianças migrantes e do processo de espacialização do viver.

**Palavras-chave:** Migração venezuelana. Juiz de Fora. Espacialização do viver.

### ABSTRACT

Migration studies, both national and international, have focused mainly on job aspects. There is still a great lack of research on the inclusion of children in global migration phenomena, both in Brazil and around the world. In this context, this article aims to present the dynamics of arrival of Venezuelan migrant children in the city of Juiz de Fora, in Minas Gerais. This is a descriptive essay that presents data on school enrollment and notes on research fields

---

<sup>1</sup> Pesquisador em nível de pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Realizou estágio de pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Educação na linha Ciências Sociais e Educação (2019) pela Universidade Estadual de Campinas com estágio na Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália - com bolsa FAPESP, mestrado em educação na linha Ciências Sociais também pela UNICAMP - com bolsa CAPES, especialista em Administração Escolar, Supervisão e Orientação pela UNIMAIS (2021), Pedagogo pela Universidade Federal de São Carlos UFSCAR (2011), Geógrafo pela Faculdade Única (2021). Atualmente é pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI/ USP) e no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI), também é professor de educação básica.  
E-mail: [santiago.flavio2206@gmail.com](mailto:santiago.flavio2206@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense. Formação: Licenciatura em História (UFJF); Mestranda em educação (UFF)

<sup>3</sup> Vínculo institucional: Universidade de Juiz de Fora/ Universidade Federal Fluminense. Formação: Doutorado em Educação (UFF); Graduação em Geografia (UFJF). E-mail: [jjanergeo@gmail.com](mailto:jjanergeo@gmail.com)

carried out in schools in the city of Minas Gerais. The purpose of this work is to expand the field of studies regarding migrant children and the process of spatialization of living.

**Keywords:** Venezuelan migration. Juiz de Fora. Spatialization of living.

## 1. INTRODUÇÃO A RESPEITO DAS MIGRAÇÕES E INFÂNCIA:

[...] o trabalho feminino e do menor era intensamente utilizado sobretudo no setor têxtil. Em 1912, é o Diário do Povo que registra ser comum nas fábricas de tecidos, o trabalho de mulheres e crianças, até menores de 10 anos. O que é confirmado pela União Operária no seu relato ao 2º Congresso Operário Brasileiro, em 1913, acusando inclusive a existência de trabalho noturno. E por Filomena Visentim Monachesi: nas fábricas trabalhavam muitas crianças de 08 a 10 anos que, por serem indisciplinadas, frequentemente levaram tapas de mestres enérgicos (Andrade, 1984, p. 53).

Escolhemos usar para o título deste artigo uma frase extraída da narrativa de uma criança, que poderá ser lida em sua integralidade no decorrer do texto. Esta escolha é para marcar não apenas os argumentos em torno dos quais nossas escritas serão tecidas, mas também para assumir a dialogia que envolverá os enunciados que vamos fiar, trazendo palavras outras, dados estáticos, quadros, gráficos, mapas e outras expressões discursivas entrelaçadas com o tema da migração infantil.

Segundo o sociólogo argelino Sayad (1998), os imigrantes e emigrantes são sujeitos paradoxais, pois, do ponto de vista sociológico, representam essencialmente a mesma pessoa. Eles estão imersos nas complexas realidades sociais de seus locais de origem e destino, influenciados pela noção social aparente e enganosa de temporariedade, disseminada pelos Estados-nação tanto para migrantes quanto para os não-migrantes locais. Até hoje, esse status transitório continua a moldar a percepção das pessoas em relação aos migrantes estrangeiros, contribuindo para a falta de políticas públicas voltadas à inclusão e determinando a maneira como são tratados tanto politicamente quanto socialmente.

A migração é um movimento que sempre esteve presente na história do território brasileiro e que sempre envolveu a região que será um dos recortes espaciais de nossa narrativa: a Zona da Mata Mineira, mais especificamente a cidade de Juiz de Fora.

A vinda de crianças de outras regiões do mundo para nosso país já apareceu até mesmo em registros da Carta de Pero Vaz de Caminha — escrivão da frota de

Pedro Álvares Cabral — que ao final do registro relata que, após dias em solo localizado no oeste do Oceano Atlântico, iriam partir de volta a Portugal, mas que por aqui ficariam, além de “degredados”, dois grumetes<sup>4</sup> que fugiram e não foram encontrados. Sobre este ocorrido, Lopes (2005) se pergunta o que levariam duas crianças a se aventurarem por territórios tão desconhecidos e afirma que, provavelmente, essas seriam as primeiras “oficialmente” registradas como migrantes.

Assim, ao investigar a história das crianças nos anos iniciais da colonização do território invadido — o qual foi posteriormente nomeado como Brasil —, percebe-se “passagens de terrível sofrimento e violência” (Del Priore, 2018, p. 11), tanto no que se refere às crianças indígenas e negras em território nacional, quanto às crianças migrantes. De acordo com o trabalho *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*, de Fábio Pestana Ramos, encontramos a seguinte passagem:

[...] as crianças também estiveram presentes á epopeia marítima. As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes<sup>5</sup> ou pajens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados dos pais ou de algum parente. Em qualquer condição, eram os “miúdos” quem mais sofriam com o difícil dia a dia em alto mar.[...] Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia. [...] Na iminência de um naufrágio [...] em meio à confusão e desespero do momento, pais esqueciam seus filhos nos navios, enquanto tentavam salvar suas próprias vidas. As crianças que tinham a sorte de escapar da fúria do mar, tornando-se náufragas, terminavam entregues à sua própria sorte, mesmo quando seus pais se salvavam. Nesta ocasião, devido à fragilidade de sua constituição física, as crianças eram as primeiras vítimas, tanto em terra, como no mar (Ramos, 2013, p.19-20).

A realidade violenta e de exploração da criança e da infância se perpetua no início do processo industrial no Brasil colônia e nos anos iniciais da república. Não são raros os relatos da situação caótica, perversa e cruel, a qual os pequenos

---

<sup>4</sup> Criança responsável por limpar e ajudar os marinheiros nos diferentes trabalhos.

<sup>5</sup> Foram as crianças portuguesas que embarcaram rumo ao Brasil. Além do relatado na passagem, durante a viagem foram tidas como aprendizes e realizaram trabalhos cotidianos, como a limpeza da embarcação.

operários eram submetidos, como podemos perceber na epígrafe que abre esse artigo, retirada da clássica pesquisa de Andrade (1984), transformada em livro. O cotidiano dessas crianças nas oficinas e nas fábricas era exaustivo e as condições em seus locais de trabalho eram insalubres e desumanas. A situação de trabalho poderia ser traduzida “em situações limite, cuja versão mais alarmante traduz-se nos acidentes de trabalho, mas que infelizmente neles não se esgotam, incorporando a violência em vários níveis” (Moura, 2015, p. 260).

É de responsabilidade do Estado e dos tutores o cumprimento do acesso e da fruição da criança aos direitos humanos mais básicos, como proteção, moradia, alimentação, segurança e educação. Segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o caráter universal dos Direitos Humanos é para abranger todas as crianças e adolescentes, sendo necessário adicionar outras especificidades para suprir as necessidades específicas desse público, que é diverso.

Nessa perspectiva, para discutirmos as diversas infâncias, buscamos subsídios na Geografia da Infância, área de recente produção acadêmica, sobre a qual Lopes e Vasconcellos (2005) têm se debruçado. De acordo com Lopes, “a Geografia da Infância busca compreender as crianças e suas infâncias, tendo como ponto de partida essas espacialidades, as configurações que dela emanam” (2005, p. 2), num processo de (re)produzir, (re)criar, (re)interpretar e (re)elaborar seus espaços, suas culturas e suas vivências.

Nesse sentido, “o tratamento das migrações como ‘crise migratória’ na verdade evidência, em diversos lugares do mundo, a falta de preparo de diferentes sociedades e indivíduos para lidar com a diferença cultural” (Assumpção; Teixeira Coelho, 2020, p. 182), chegando, em alguns momentos, à barbárie, como no caso de Moïse Kabagambe<sup>6</sup>.

Ao observarmos o fluxo dessa mobilidade humana independentemente da nacionalidade, percebemos um caráter similar entre esses países-destino para além das suas especificidades, ou seja,

---

<sup>6</sup> Moïse Kabagambe foi um migrante congolês assassinado por espancamento em uma calçada pública da Barra da Tijuca (Rio de Janeiro) diante de inúmeros transeuntes em uma tarde ensolarada de 2022. A motivação para o crime foi a cobrança por seus pagamentos atrasados. Para mais informações, acesse a seguinte matéria publicada pelo G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml>.

A investigação das motivações que levaram essas pessoas a cruzar as fronteiras dos seus países de origem, ou de residência habitual, revela que essas ações, em alguns casos, ocorrem em situações nas quais a mobilidade é reconhecida por dispositivos legais, nacionais e internacionais, como um imperativo, dado seu caráter coercitivo. Estes são os refugiados e os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados, pessoas que deixaram seus países de origem em virtude de conflitos armados, de violações de direitos humanos e de outras situações de violência, buscando a proteção em outro Estado (Silva; Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020, p. 5)<sup>7</sup>.

De acordo com os estudos realizados no GRUPEGI<sup>8</sup>, criança e infância como sujeito e tema de pesquisa, respectivamente, são um campo de pesquisa dinâmico nas ciências humanas e comparativamente recente. São passíveis de investigação em diversas áreas de conhecimento e sob várias perspectivas, como o brincar, o cuidar, o educar; além de estarem atrelados ao contexto institucional e familiar, correlacionando-os ao seu ser e estar no mundo, considerando a relação estabelecida de cada sujeito às suas geoespacialidades.

Contudo, algumas categorias de infância e suas vivências são sistematicamente menosprezadas pelos pesquisadores em seus trabalhos, tais como a infância indígena, ribeirinha, quilombola, negra, migrante e refugiada. Vale destacar que não estamos moralizando as escolhas de tema ou condução da pesquisa, ou as possibilidades concretas da realização da investigação para cada pesquisador. Pontuamos as contradições presentes no contexto brasileiro de produção acadêmica e científica, que está diretamente relacionada com o interesse hegemônico de privilegiar certos grupos e vivências, em detrimento de outros considerados na cultura branca e pseudo-ocidental como “primitivos”, “não-civilizados” e “menores”. Esse pensamento hegemônico fica perceptível nas proposições das linhas de pesquisas das universidades do país.

Cabe ressaltar que grande parte desse contingente infantil que povoava os centros urbanos brasileiros, principalmente a cidade de São Paulo, era composto por “bambinos” das famílias pobres italianas. Essas famílias realizavam a travessia intercontinental em grandes proporções a fim de realizar o sonho a elas vendido: o

---

<sup>7</sup> O documento *Refúgio em números* pode ser lido na íntegra no seguinte endereço eletrônico: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios\\_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio\\_em\\_N%C3%BAmeros\\_6%C2%AA\\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros_6%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf).

<sup>8</sup> Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância, vinculado institucionalmente à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Universidade Federal Fluminense (UFF).

de construir a América e melhorar a condição econômica e social da família. Frequentemente, o Brasil era seu destino.

Assim sendo, percebemos que a trajetória da infância e da criança brasileira e de outras nacionalidades se encontra permeada pelo conflito, pelo emaranhado político, cultural, social e econômico. É nítido o conflito de classes, a hegemonia do discurso burguês e classista sobre a realidade e história das crianças e infância durante os períodos históricos. Num universo de disputas de memória, distorções dos fatos históricos e apagamento de grupos sociais marginalizados, no caso das crianças migrantes, inseridos num processo até mesmo de ocultação da realidade, as infâncias tornam-se um território de disputa e nelas, muitas vezes emergem diferentes formas de espacialização de suas vidas.

Ao contemplarmos a paisagem da “Manchester Mineira”<sup>9</sup>, era comum encontrarmos a presença de crianças oriundas das famílias alemãs que trabalhavam nos diversos setores industriais da cidade, as quais habitavam majoritariamente a região dos bairros Borboleta e São Pedro. Consequentemente, crianças migrantes sempre estiveram presentes no espaço territorial juiz-forano.

Atualmente, a cidade de Juiz de Fora tem recebido um fluxo de pessoas vindas de um país vizinho em particular: a Venezuela. É comum encontrarmos famílias inteiras de cidadãos venezuelanos que buscam na cidade uma nova oportunidade, haja vista que, de acordo com a ACNUR<sup>10</sup>, existem mais 5,4 milhões de refugiados e migrantes oriundos da Venezuela em todo o mundo. A agência da ONU para refugiados relata ainda que grande parte dessas pessoas tende a buscar os países vizinhos como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Caribe.

Contudo, se por um lado a presença de crianças estrangeiras na cidade não se constitui como um fato novo, o que muda é o processo histórico que as levaram juntamente com seus familiares a deixarem seus territórios de origem rumo ao desconhecido. Entretanto, partindo do princípio de que a criança é um ser

---

<sup>9</sup> Segundo Paulino de Oliveira em *História de Juiz de Fora*, o título de “Manchester Mineira” conferido à de Juiz de Fora ocorreu em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial da cidade — principalmente na indústria têxtil. OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria LTDA, 1996.

<sup>10</sup> Dados disponíveis no site oficial da ACNUR Brasil:

<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/#:~:text=Cerca%20de%202%2C5%20milh%C3%B5es&text=Mais%20de%204%20milh%C3%B5es%20de,de%20deslocamento%20no%20mundo%20atualmente.>

sociocultural que se encontra num contexto específico repleto de suas geo-historicidades, buscar compreender como ela lida com a nova realidade, como elabora e reelabora seus espaços, modifica e amplia suas vivências, é compreender o seu ser e estar no mundo de forma dialética; oposta a um pensamento formalista, idealista e metafísico das vivências e construções desses sujeitos históricos que são gente, só que pequenininhos<sup>11</sup>.

## **2. A CRISE VENEZUELANA E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO**

[...] Na Venezuela as coisas estavam muito difíceis, faltava alimento, e eu tinha medo do que poderia acontecer com meus filhos. Era difícil para os meus filhos irem à escola, tudo era muito difícil. Aí nós decidimos vir para cá, passamos a fronteira sem documentação, chegando aqui meu marido conseguiu um trabalho e meus filhos puderam voltar a estudar, eu sou muito grata por isso (Maria Ángeles, refugiada venezuelana, entrevista concedida em 2023).

A crise econômica da Venezuela é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a dependência excessiva do petróleo como principal fonte de receita do país. Além disso, existe uma forte interferência externa, incluindo pressões econômicas e sanções impostas por outros países, como os Estados Unidos, que afetou negativamente a economia venezuelana. Vale destacar que essas intervenções muitas vezes estiveram ligadas a tensões políticas e ideológicas, complicando ainda mais a situação interna do país.

Quando falamos em crise venezuelana, devemos ter em mente que esse é um problema multifacetado e desafiador, com raízes em questões políticas, econômicas e geopolíticas, não podendo ser resumido a algo simples de ser explicado, pois sua complexidade ultrapassa as fronteiras do país. A crise não tem início e também não termina nesse território; está implicada em uma rede geopolítica internacional, que gesta uma lógica de crise, intencionalmente reverberada como local. Como resultado desse processo, vemos uma migração em massa de pessoas

---

<sup>11</sup> Reforçamos essa noção da humanidade das crianças devido à crescente atual do movimento segregacionista autodenominado "childfree", o qual reivindica o que chamam de "direito" a expressar o seu não gostar de crianças, chegando ao absurdo de promover a ideia de proibição da presença de crianças em locais comuns ao público em geral — locais estes que são delas por direito, afinal, são um grupo social que também faz parte da sociedade, criando relações com o meio interno e externo ao de seu núcleo familiar.

em busca de melhores condições de vida em outras nações, principalmente durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

A Venezuela experimentou uma significativa mudança política e ideológica conhecida como chavismo, liderada pelo ex-presidente Hugo Chávez durante seus mandatos de 1999 a 2013. Esse período foi marcado pelo avanço da democracia participativa e pelo envolvimento das classes pobres na vida política do país. A nacionalização do petróleo permitiu que a receita gerada fosse direcionada para políticas públicas voltadas à igualdade social (Bastos; Obregón, 2018).

No território venezuelano existe uma das maiores reservas petrolíferas do mundo, o que a torna estrategicamente relevante para o mercado internacional. Sua economia depende fortemente da exportação de petróleo para os EUA, e a renda gerada pela produção e exportação de petróleo possibilitou o desenvolvimento de uma infraestrutura e um aparelho de Estado centralizado na Venezuela, mas também criou uma forte dependência econômica e política em relação aos EUA. No entanto, nos governos de Chávez (1999-2013), essa política externa foi reestruturada em busca da integração regional com a América Latina e parcerias com países como Rússia, China e Cuba. A Venezuela chavista tornou-se uma parceira importante para o Brasil, comprando seus produtos e apoiando a integração regional. Além disso, Chávez criou a ALBA e a Petrocaribe para estabelecer laços com outros países da região e desafiou a ordem mundial dominada pelos interesses dos EUA (Zero, 2017).

Esse cenário sofreu uma transformação com a morte de Chávez no início de 2013 e a ascensão de Nicolás Maduro ao poder. Embora com características distintas do seu antecessor, Maduro seguiu a mesma ideologia política com o bolivarianismo (Bastos; Obregón, 2018).

A vitória de Maduro nas eleições, como aponta Zero (2017), foi prontamente reconhecida por países alinhados à ideologia bolivariana, mas nações com perspectivas neoliberais evitaram parabenizá-lo. Por sua vez, a oposição liderada por Capriles rejeitou os resultados e convocou manifestações em abril de 2017, resultando em confrontos com a Guarda Nacional e a trágica morte de 8 pessoas, de acordo com a então procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz.

Além desses desafios políticos, desde 2013, a Venezuela enfrenta uma espécie de bloqueio financeiro não oficial. Esse bloqueio busca dificultar o acesso ao crédito internacional tanto para o país quanto para a PDVSA, a empresa estatal de



petróleo. A tática consiste em elevar o índice de risco do país e atrasar transações financeiras habituais. Embora a Venezuela tenha cumprido rigorosamente suas obrigações financeiras, esses obstáculos têm contribuído para uma radicalização ainda maior do processo político no país. É importante notar que essa guerra econômica não possui uma base racional ou real, mas tem aprofundado a crise política na Venezuela.

Diante da situação posta na Venezuela, o país vem experimentando o fenômeno do êxodo de seus cidadãos. As estimativas indicam que cerca de 7 milhões de venezuelanos deixaram o país, culminando em uma das maiores migrações da história do país e da região em relação ao tamanho da população original. No entanto, a falta de estatísticas oficiais e a chegada não documentada de migrantes venezuelanos em diversos países de recepção podem significar que o número real de emigrantes seja ainda maior. Assim é que, hoje, o panorama consiste num alto e crescente número de refugiados venezuelanos nas nações vizinhas ao território de seu país (Roque; Ferraz, 2019).

Dentre os principais destinos dos migrantes venezuelanos estão a Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Chile e Argentina, e vale destacar que a escolha por estes destinos está muitas vezes relacionada aos recursos disponíveis para a mudança e a facilidade de entrada no país. As pessoas venezuelanas que possuem maior recurso para o seu deslocamento, como os profissionais liberais e membros da classe média, tendem a migrar para países como Chile e Argentina, já aquelas com menos recursos financeiros se estabelecem em países como Colômbia, Brasil, Equador e Peru (OIM,2018).

É importante evidenciar que uma das características das pessoas que migram da Venezuela é o nível de qualificação, que, na maioria das vezes, completaram o que denominamos no Brasil como ensino médio, e uma parcela considerável possui diplomas universitários, incluindo mestrado e doutorado. Os migrantes venezuelanos que chegam na Colômbia, em particular, possuem diplomas universitários. Essa é uma situação que representa um impacto forte para o campo do desenvolvimento, uma vez que resulta na perda de capital humano para a Venezuela.

Cabe enfatizar que em diferentes contextos o refugiado não é uma pessoa empobrecida, mas alguém que se tornou desprovida de bem materiais devido a um sistema qualquer, de guerra ou político. E a maneira como olhamos para esse refugiado é muito correlata, da mesma forma que olhamos para as crianças, filhos e

filhas das classes populares: como se fossem um resto não assimilável da nossa cultura. Isso é um aspecto colonial, com seus efeitos tão vivos, que reverberam na implementação de políticas públicas que visam a construção de atendimento individual e não rompe com a lógica de expropriação da humanidade do outro.

Segundo o Painel de Informações Sociais de Refugiados e Migrantes Venezuelanos<sup>12</sup>, o Brasil tem acolhido um número significativo de venezuelanos: em junho de 2022, foram reconhecidos 48.789 refugiados(as) venezuelanos(as) no país pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). Além disso, foram registradas 92.596 solicitações de refúgio de venezuelanos(as), conforme cálculo realizado com a base STI-MAR no mesmo período. Outro dado importante é o número de venezuelanos(as) com Autorização de Residência no Brasil, que totaliza 229.218 até junho de 2022, de acordo com informações da base SISMIGRA<sup>13</sup>. No estado de Minas Gerais, a presença venezuelana também é relevante, com um total de 4.967 indivíduos registrados. Na cidade de Juiz de Fora, em específico no ano de 2022, havia 779 venezuelanos(as) residentes.

No âmbito da educação, o Brasil tem buscado garantir o acesso à educação para crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio. A Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, estabelece o direito de matrícula desses indivíduos no sistema público de ensino brasileiro, visando assegurar a inclusão e o acesso à educação formal (Brasil, 2020). Além disso, o Parecer CNE/CEB nº 1/2020, aprovado em 21 de maio de 2020, regulamenta a inclusão de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas escolas públicas do país (Brasil, 2020). Essa regulamentação tem o objetivo de garantir o pleno exercício do direito à educação, independentemente da nacionalidade ou origem dos estudantes.

### **3. O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA CIDADE DE JUIZ DE FORA**

[...] quando eu cheguei aqui no Brasil, foi maravilhoso! Os militares em Roraima nos receberam muito bem, tem pessoas que falam que

---

<sup>12</sup> Para saber mais:

<https://blog.mds.gov.br/redesuas/painel-de-dados-da-interiorizacao-de-migrantes-e-refugiados-venezuelanos/>

<sup>13</sup> Para saber mais: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sismigra>

eles são ruins, mas no meu caso não foi. Porque quando nós chegamos, eles nos acolheram, pediram os dados e anotavam em folhas, nos deram de comer, fralda, papel higiênico, tudo. Tudo o que nós precisávamos, eles nos davam, deixaram tomar banho, e disseram onde poderíamos lavar a roupa. Quando vim para Juiz de Fora era a minha primeira vez a montar em um avião. Minha primeira vez !! Eu senti assim, um medo, sabe? Um medo!!! Eu fiquei no avião tão dura que nem me mexia. Ai, eu pensava em minha mãe, na minha família e todas as pessoas que amo e estão na Venezuela. Depois de um tempo eu comecei a gostar das praças daqui de Juiz de Fora. As árvores, eu gostei muito. Eu gostei de uma praça famosa do centro da cidade, cheia de árvores, ela é grande, tem um espaço para as crianças brincarem. Ai, eu gostei muito, muito, tanto dela. De vez em quando nós vamos lá levar as crianças lá, porque elas brincam e eu posso ver meus filhos felizes (Maria Angeles, refugiada venezuelana, entrevista concedida em 2023).

Entre abril de 2018 a agosto de 2021, o estado de Minas Gerais acolheu aproximadamente 3.712 pessoas venezuelanas através da estratégia de interiorização promovida pelo Governo Federal, sendo o sexto estado com maior índice de acolhimento. Além disso, o estado também recebeu um fluxo grande de pessoas do Haiti (22%), Bolívia (21%) e Síria (9%). Essa presença migrante se estende por 164 cidades em Minas Gerais, sendo que sete municípios indicaram abrigar mais de duzentos migrantes residentes, o que representa 4,3% das cidades (Souza, 2017).

De janeiro de 2000 a março de 2022, aproximadamente 2.868 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do estado de Minas Gerais, segundo dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). No período de abril de 2018 a junho de 2023, o município de Juiz de Fora recebeu cerca de 896 pessoas venezuelanas através da estratégia de interiorização do Governo Federal, que visa promover o acolhimento e a integração de migrantes, sendo a segunda cidade do estado de Minas Gerais com maior acolhimento, estando atrás da capital mineira, Belo Horizonte. Vale destacar que 27% da população imigrante da cidade de Juiz de Fora são venezuelanos, conforme o relatório anual de 2022 do MigraCidades<sup>14</sup>.

Frente a este contexto, a prefeitura da cidade de Juiz de Fora destaca para a importância não apenas do debate acerca da questão, como também da

---

<sup>14</sup> Link do relatório anual: <https://www.ufrgs.br/migracidades/relatorios-2022-1/>

necessidade de criar ações municipais visando defender o interesse dessa população, conforme notícia da própria Prefeitura<sup>15</sup>.

O decreto que institui a Política Municipal para o População Migrante e cria o Comitê de Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal de Políticas para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada foi assinado pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) na manhã desta terça-feira (7<sup>16</sup>), no auditório do Museu Ferroviário. O documento visa a garantir serviços públicos e impedir a violação de direito contra a população migrante (Portal PJF, 2021)

Em 2019, foi realizado um curso de extensão nomeado “Linguagens e Direitos Humanos: práticas decoloniais na sala de aula”<sup>17</sup>. De acordo com o setor de Supervisão da Secretaria de Educação Municipal de Juiz de Fora (SE), essa formação se principiou como um significativo momento para estabelecer um diálogo das escolas em busca de um acolhimento para essas pessoas<sup>18</sup>.

E não apenas isso: ainda no ano de 2019, segundo a referida supervisão, a SE realizou

um encontro com os alunos, as famílias, os professores, a equipe diretiva e os professores da UFJF na sede da SE para demonstrar nosso acolhimento e fazer uma escuta ativa das dificuldades encontradas por todos até aquele momento. Foi realizado uma leitura de um livro, um lanche coletivo, a fala dos professores da UFJF que encamparam, naquele momento, o desafio e o trabalho de dirimir os obstáculos: Milena, Denise Weiss e Francione. Os pais foram ouvidos e a maior dificuldade apontada para eles era a barreira linguística e que, muitas vezes, seus filhos eram quem os ajudava (Notas de campo, 2023).

Outra política instituída no município de Juiz de Fora foi a contratação de professores de espanhol que devem ir até a escola de chegada para fazer a matrícula e também realizar uma anamnese da criança, bem como conhecer um pouco a história de sua família. Os professores têm, então, momentos junto com a família e com a criança migrante. E são nesses espaços de acolhimento que a

---

<sup>15</sup> Mais informações podem ser acessadas na íntegra por meio da reportagem publicada no Portal PJF:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/07-12-2021/pjf-assina-decreto-que-institui-politica-municipal-para-a-populacao-migrante.html>.

<sup>16</sup> A data referida era a do dia 7 de dezembro de 2021.

<sup>17</sup> O curso foi ministrado pelo professor Alexandre Cadilhe da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>18</sup> No momento dessa ação e da escrita desse texto, o supervisor responsável é Gutemberg Rodrigues da Silva

criança relata a sua chegada e suas principais dificuldades iniciais. O professor responsável também verifica a documentação antes de fazer a matrícula, pois, caso a criança não tenha os documentos necessários, marca-se um dia para poder fazer uma classificação quanto ao nível de alfabetização e conhecimentos prévios dos estudantes.. Cabe ressaltar que essa avaliação é feita em língua espanhola nos casos das crianças venezuelanas. Após esse primeiro momento de acolhimento e depois de feita a classificação, o professor de espanhol passa a ir à escola, para dar apoio à criança durante as aulas (Silva, 2023<sup>19</sup>).

Ainda no que diz respeito às ações da SE em março de 2023, foi oferecido um curso de formação docente, “Migrações Internacionais e Infâncias”<sup>20</sup>, o qual contou com a participação de professores interessados na temática e dos quatro professores de espanhol da rede de ensino. O curso foi tão bem recebido pelo público-alvo — os trabalhadores da educação —, que agora, no segundo semestre, está sendo oferecida uma nova edição para os profissionais de Juiz de Fora e cidades vizinhas.

O acolhimento às crianças migrantes venezuelanas requer ações que envolvam diretamente todas as interfaces que fazem parte da vida de cada uma dessas crianças, em suas singularidades, mas também em redes que se estendem para além delas. A migração, apesar de muitas vezes ser percebida como um evento que se coloca na pessoa (ou em um grupo de pessoas), nunca está nela própria (ou no próprio grupo), mas é sempre fruto de forças processuais que levam a romper com espacialidades natais e buscar outros locais para espacializarem suas vidas.

#### **4. AS CRIANÇAS NO CONTEXTO DE MIGRAÇÃO**

Eu tive que viajar para vários países para chegar ao Brasil. Só que, quando eu viajava para os outros países, eu não conhecia o Brasil. Eu não sabia que existia. Aí, minha mãe me falou que a gente ia viajar para o Brasil. Aí, eu quis viajar. Quando eu viajei, eu vim para aqui, Juiz de Fora, e já comecei a estudar. A primeira escola foi Carlos Drummond, mas foi online, pois era na pandemia. Depois eu

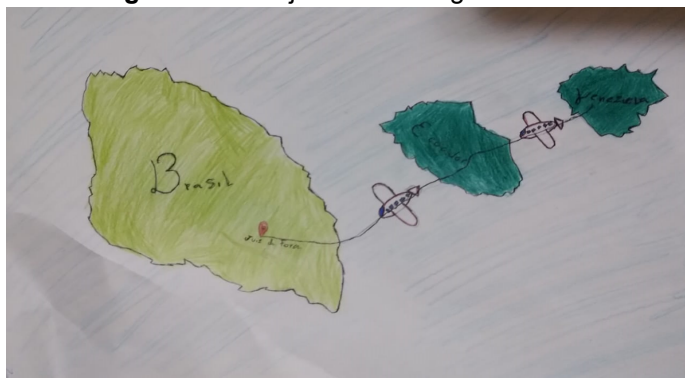
---

<sup>19</sup> Anotações da fala de Gutemberg Rodrigues da Silva, da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (MG), durante a mesa Andanças IV, realizada pelo grupo de pesquisa Geografia da Infância de forma remota e presencial em 22 set. 2023. É possível assistir à mesa pelo seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=eyDrFRYeu1U&t=272s>.

<sup>20</sup> Os organizadores do curso foram os professores doutores Flávio Santiago e Jader Janer Moreira Lopes, ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

vim para o CAIC, porque a outra escola era muito longe. Eu vim para o CAIC, no quarto ano, e aí, aprendi a falar português aqui na escola. Muitas pessoas me ensinaram, me ajudaram. Minha melhor amiga, também (menina venezuelana, 2023).

**Figura 1 – A trajetória de chegada**



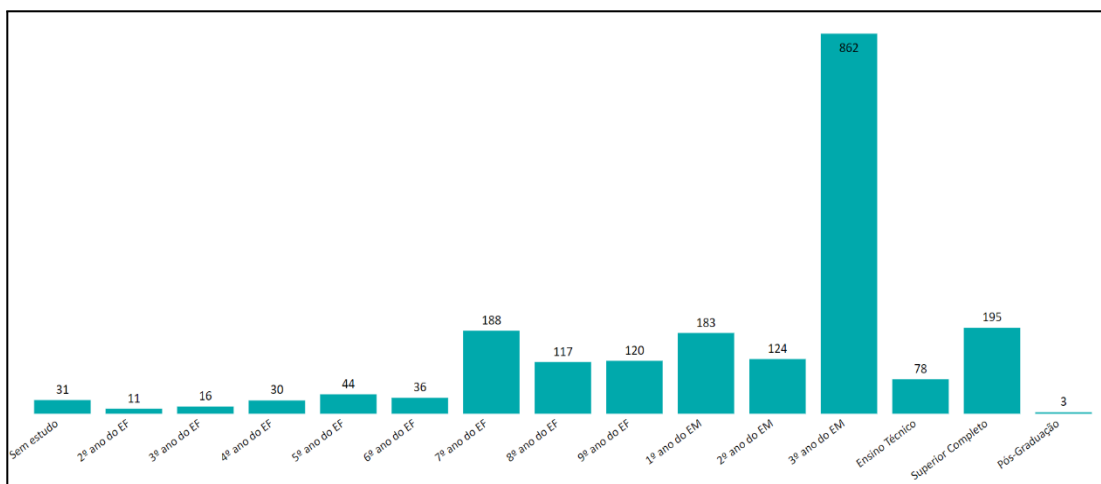
Fonte: Caderno de campo, 2023

Na narrativa infantil sobre seu deslocamento para o Brasil e para a cidade de Juiz de Fora — que dá o título a este artigo —, é possível perceber que a criança nem sabia da existência de um país com o nome do Brasil. O espaço é uma importante dimensão do existir em humanidade e a migração faz essa dimensão se transbordar de forma intensa, pois nela se guarda o desconhecido. Acolher é considerar que a justiça espacial também passa pelo direito à segurança espacial. Esperamos que esses enunciados, aqui compartilhados, possam contribuir para que essa condição se concretize.

O cenário do mundo globalizado do século XXI traz novos contornos em que a compreensão dos fenômenos locais pressupõe um entendimento dos fenômenos em âmbito regional, nacional e global, tendo em vista a intensidade e diversidade dos movimentos migratórios, que são, em grande parte, responsáveis por definir e redefinir os espaços transnacionais (Furtado, 2020). No fluxo migratório internacional contemporâneo no Brasil, identificamos, em sua maioria, pessoas vindas de países considerados econômica, industrial e tecnologicamente em desenvolvimento, onde as parcelas mais vulneráveis e excluídas da população estão submetidas a menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de acesso às políticas públicas essenciais, estando presente um maior deslocamento Sul-Sul. Estes fluxos têm colocado novos contornos para a educação pública, entre eles a presença de um plurilinguismo, novas formas de racismo e xenofobia.

Relacionado ao aspecto educacional no cenário mineiro, os maiores migrantes e refugiados venezuelanos que chegam até o estado de Minas Gerais possuem o equivalente ao nosso ensino médio, representando um percentual de 76%.

**Figura 2** — Gráfico do nível educacional dos migrantes ou refugiados venezuelanos no Estado de Minas Gerais até junho de 2023.



Fonte: MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), 2023.

Entre os migrantes e refugiados temos crianças que acompanham seus familiares nas mudanças entre os países e são matriculadas em nosso sistema de ensino brasileiro. Abaixo, há um quadro relativo ao número de crianças de nacionalidade brasileira, nascidas no exterior ou naturalizadas, e o número de crianças migrantes matriculadas na educação básica por dependência administrativa de Minas Gerais e do Município de Juiz de Fora.

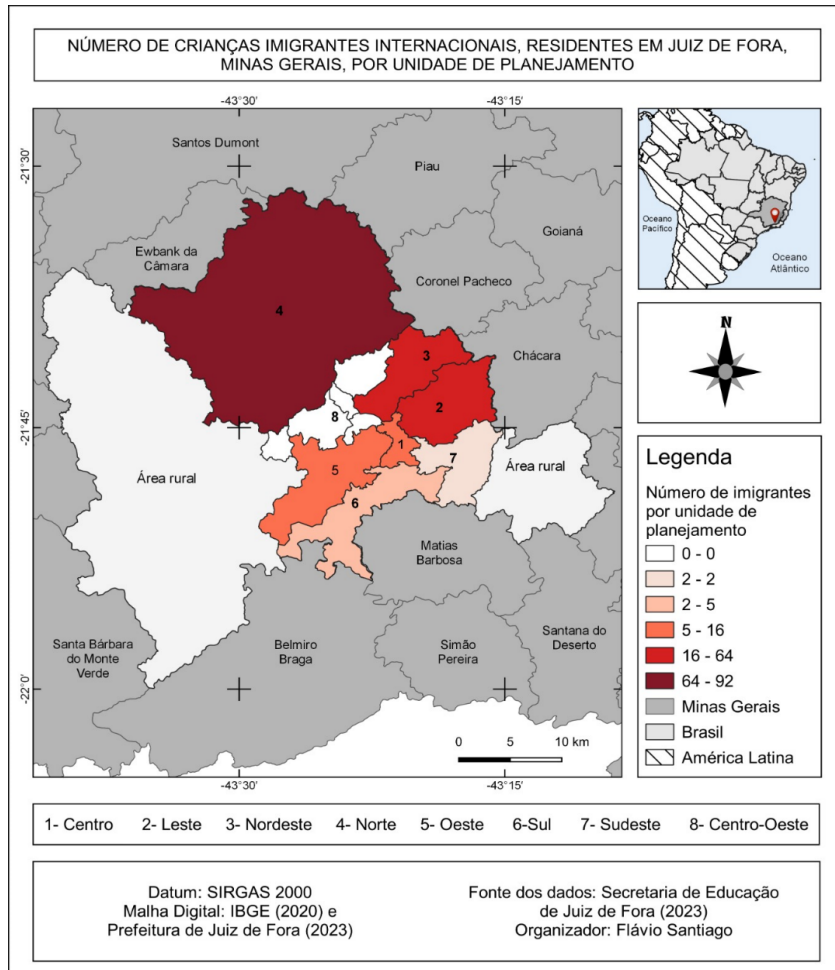
**Tabela 1** — Número de crianças brasileiras/naturalizadas e estrangeiras no município de Juiz de Fora (MG)

| Dependência Administrativa | Brasileira – nascido no exterior ou naturalizado |                        | Estrangeira  |                        |
|----------------------------|--|------------------------|--------------|------------------------|
|                            | Minas Gerais                                     | Município Juiz de Fora | Minas Gerais | Município Juiz de Fora |
| <b>Federal</b>             | 63   | 3                      | 91           | 2                      |
| <b>Estadual</b>            | 2903   | 17                     | 2619         | 133                    |
| <b>Municipal</b>           | 1507   | 4                      | 3020         | 242                    |
| <b>Privada</b>             | 1429   | 48                     | 1849         | 55                     |
| <b>Total Geral</b>         | 5902   | 72                     | 7579         | 432                    |

Fonte: Censo Escolar 2022. SEEMG/Assessora de Inovação.

A seguir, temos um mapa da distribuição territorial das crianças migrantes internacionais matriculadas na rede municipal da cidade de Juiz de Fora.

**Figura 3** — Distribuição territorial de crianças migrantes em Juiz de Fora (MG)



Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora, 2023.

O motivo de a zona norte da cidade apresentar o maior número de crianças migrantes internacionais matriculadas nas escolas públicas se dá pelo fato de ser a maior região da cidade, concentrando cerca de 65 bairros e quase 20% da população, estimada em 577.536 habitantes, segundo levantamento do IBGE divulgado em 2021. Na região também fica localizado um distrito industrial, que oferece postos de trabalho, além de contar com uma zona de comércio formal e informal.

Maria Ángeles, refugiada venezuelana, em entrevista concedida, narra brevemente o trajeto que realizou até chegar à zona norte e destaca que se



estabeleceu nesta parte da cidade devido à proximidade com o distrito industrial e com as escolas:

Na Venezuela meu marido não tinha trabalho, ele não tinha trabalho, as coisas eram difíceis, também era complicado para meu filho ir para a escola. Aí nós decidimos vir para cá, no Brasil, no meio da pandemia de Covid -19. Quando chegamos no Brasil fomos para um abrigo no estado de Rondônia, por três meses, ali podemos tirar nossos documentos e fizemos uma entrevista para contarmos quais eram nossas perspectivas para a vida no Brasil. Depois disso, nos propuseram duas coisas: esperar para que tivéssemos uma vaga definitiva em uma cidade, ou ir de abrigo em abrigo, buscando trabalho e um local para se instalar. Eu falei que gostaria de ir de abrigo em abrigo, mas não queria ir para São Paulo. Aí um dia nos falaram que iríamos ser encaminhados para Juiz de Fora e aqui estamos. Viemos primeiro para Aldeias Infantis SOS<sup>21</sup> Brasil, no bairro Grama, e ficamos lá um mês, depois já arrumamos uma casa aqui na Nova Era, a ACNUR pagou os três primeiros meses de aluguel, isso nos ajudou muito. Aqui é muito bom, pois é próximo das indústrias, que meu marido trabalha. Aqui, também tem escolas próximas de casa para meus filhos (Maria Ángeles, refugiada venezuelana, entrevista concedida em 2023).

Como podemos perceber por meio da fala da Maria Ángeles, a zona norte da cidade torna-se uma região interessante pela sua localização próxima à indústria. Um elemento importante a ser destacado nesse contexto é que, a presença de refugiados venezuelanos no contexto da cidade de Juiz de Fora faz parte da estratégia de interiorização estabelecida pelo Governo Federal em abril de 2018, e conta com o apoio do ACNUR, de outras agências da ONU e de entidades da sociedade civil.

A estratégia de interiorização, segundo Aureli (2021), é um programa no qual venezuelanos são realocados para municípios e capitais brasileiras que concordam em participar do programa (cerca de 700 cidades aderiram à estratégia). O programa contém quatro modalidades: (1) a saída de abrigos em Roraima para centros de acolhimento e integração nas cidades de destino, (2) a reunificação familiar, (3) a reunião social e (4) a Vaga de Emprego Sinalizada (VES). Na primeira modalidade, os centros de acolhida e integração nos locais de destino oferecem habitação temporária e serviços de apoio à integração local, os quais podem ser

---

<sup>21</sup> Para saber maiores informações a respeito deste processo, ver: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/engaje-se/noticias/recentes/refugiados-juiz-de-fora>.

fornecidos pelos Governos Federal, Estadual, Distrital, Municipal ou por organizações da sociedade civil, como é o caso de Juiz de Fora.

Antes de participarem da estratégia de interiorização, os venezuelanos devem estar com sua situação documental regularizada no Brasil, ou seja, possuir solicitação de condição de refugiado ou residência temporária, além de possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho, carteira de vacinação em dia e passar por verificação médica (Aureli, 2021). Vale destacar que a participação é voluntária, gratuita e tem como foco prioritário aqueles em situação de vulnerabilidade nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus. Essa iniciativa é considerada uma referência mundial em acolhida humanitária devido à forma segura como é conduzida e à maneira como promove uma integração eficaz e digna nas cidades de destino.

Esta forma de política pública tem como intuito assegurar a vida dos migrantes em um espaço específico, mas nem sempre esse objetivo é alcançado, pois, algumas vezes, são pessoas consideradas invisíveis. Quando isso acontece, outros novos encontros possibilitam o deslocamento para outros espaços e novas relações são estabelecidas. As novas vivências construídas tornam-se elementos fundamentais para compreender a topogênese e esses encontros forjam a vivência espacial (Lopes, 2021).

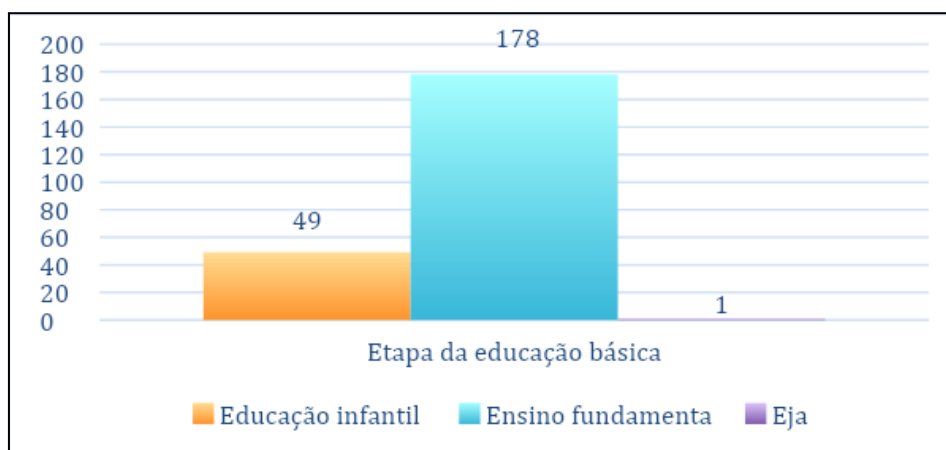
Dentre as cidades mineiras que receberam migrantes e refugiados, temos Belo Horizonte (1328), Juiz de Fora (896), Araguari (582) e Uberlândia (335), sendo as cinco que mais acolheram venezuelanos que passaram pelo processo de interiorização. Em todo o estado de Minas Gerais, foram contabilizados 5760 venezuelanos participando da estratégia entre 5 de abril de 2018 e 30 de junho de 2023, sendo que 33% dessas pessoas tinham entre 0 e 14 anos de idade<sup>22</sup>. No caso específico de Juiz de Fora, cerca de 10% da população de migrantes e refugiados internacionais têm entre 0 e 15 anos de idade<sup>23</sup> e, como é possível observar no gráfico abaixo, a maioria está matriculada no ensino fundamental na rede municipal de educação.

---

<sup>22</sup> Dados retirados do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

<sup>23</sup> Dados retirados do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

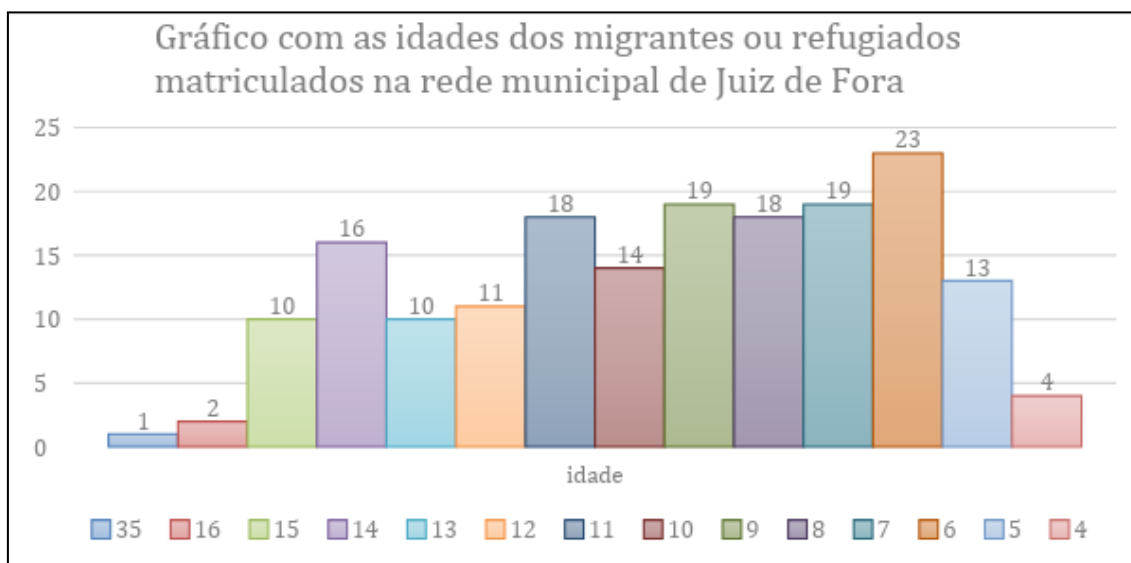
**Figura 4** — Gráfico do número de migrantes e refugiados matriculados na Educação Básica em Juiz de Fora.



Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora, 2023.

Em relação ao perfil etário das crianças, podemos observar que a maioria tem entre 6 a 14 anos de idade, conforme mostra o gráfico a seguir:

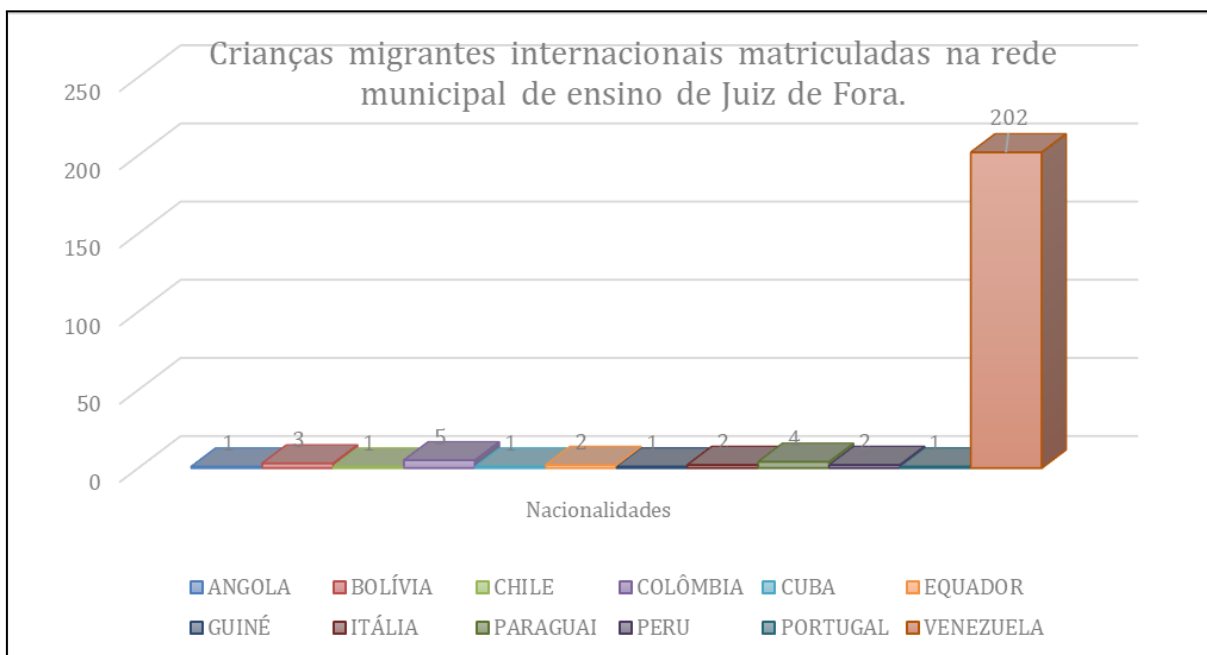
**Figura 5** — Gráfico com as idades dos migrantes ou refugiados matriculados na Educação Básica em Juiz de Fora



Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora, 2023.

É importante destacar que a rede municipal de educação do município não recebe somente migrantes e refugiados venezuelanos, mas também estudantes advindos de outros países da América Latina e outros contextos internacionais. No entanto, com a estratégia de interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos, o número de crianças dessa origem é superior a todas as outras nacionalidades, como podemos ver abaixo:

**Figura 6** — Gráfico do número de migrantes internacionais matriculados na Educação Básica de Juiz de Fora.



Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora, 2023.

O município conta com uma pluralidade de nacionalidades em sua rede de educação, sendo um espaço fecundo para a construção de ações que rompam com a estrutura homogeneizadora dos padrões de linguagem, cultura e infâncias. A diversidade posta pelos novos fluxos migratórios são elementos ricos e fecundos para o contexto da educação mineira, em especial para a cidade de Juiz de Fora. Entretanto, é importante apontar que não estamos falando de algo pertencente apenas ao presente momento, ao agora, e, sim, sobre algo que pertence à própria história.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o migrante e a imigração que não seja um discurso imposto; mais do que isso, é até mesmo toda problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é perceber o migrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social. (Sayad, 1998, p. 56)

A partir da política de interiorização dos refugiados venezuelanos, que é um programa do governo brasileiro que visa realocar migrantes para cidades e capitais brasileiras com mais oportunidades de emprego e integração social, a cidade de Juiz

de Fora começou a receber pessoas nesta condição. A estratégia tem sido fundamental para a integração dos venezuelanos no Brasil, pois oferece apoio e assistência para que os venezuelanos possam se integrar à sociedade brasileira e encontrar oportunidades de emprego e educação. O programa também tem sido um importante instrumento de promoção da cidadania e da inclusão social.

No campo da educação, o Brasil tem empenhado esforços para assegurar o acesso à educação a crianças e adolescentes que sejam migrantes, refugiados, apátridas ou solicitantes de refúgio. Através da Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, estabeleceu-se o direito desses indivíduos de serem matriculados no sistema público de ensino brasileiro, com o propósito de garantir a inclusão e o acesso à educação formal.

Dentro deste contexto, é fundamental termos em mente que o processo de acolhimento das crianças migrantes venezuelanas envolve a compreensão de que a migração é um fenômeno complexo que afeta diferentes aspectos da vida das crianças, sendo fundamental considerar suas singularidades, suas redes e as forças que levaram elas a deixar seu país de origem. As migrações contemporâneas nos colocam grandes desafios não somente no campo da educação básica, mas também no âmbito da formação de professores e professoras. Dentre eles, destacamos a necessidade de pensarmos e construirmos uma formação docente inicial e continuada para essa sociodiversidade.

Pensar o acolhimento daqueles que guardam em seus corpos, em suas vidas uma condição de ser alguém que sai e chega, que habita o limiar das geografias e histórias que carregam em seus movimentos é jamais esquecer as perdas dos lugares que ficam. “E, aqui, caberia perguntar: se espaço é vida, o que significa a perda desses espaços na vida? A resposta parece óbvia, já está inclusa na pergunta” (Lopes; Paula, 2022). O Ato educativo para com o outro é uma das garantias do encontro como afeto, como aconchego e como diálogo com a diferença. A escola, a educação, por sua condição plural (mesmo muitas vezes sendo negada) pode ser esse lugar em que vidas outras se emergem e com isso se festejem a possibilidade da renovação do existir em partilhas.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária de Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912-1924)**. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AURELI, Sofia. Entenda o que é a estratégia de interiorização e por que ela é referência global. **ACNUR Brasil**, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/entenda-o-que-e-a-estrategia-de-interiorizacao-e-porque-ela-e-referencia-global/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ASSUMPÇÃO, Adriana Maria; TEIXEIRA COELHO, João Paulo Rossini. Crianças migrantes e o direito à educação: leituras e conversas com equatorianos na atuação voluntária do grupo DIASPOTICS. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 60, p. 167-185, set. 2020.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, v. 52, p. 1-16, 2018. Disponível em: [https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA\\_EM\\_CRISE.pdf](https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 1/2020, aprovado em 21 de maio de 2020**. Regulamentação da inclusão matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN12020.pdf?query=matr%C3%ADcula](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN12020.pdf?query=matr%C3%ADcula) Acesso em: 20 de outubro de 2023

BRASIL. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/2-sem-categoria/401363-resolucoes-do-conselho-nacional-de-educacao-cne#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%201%2C%20de%2013,sistema%20p%C3%ABlico%20de%20ensino%20brasileiro>. Acesso em: 20 de outubro de 2023..

DEL PRIORE, Mary (Org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

FURTADO, Sofia Caselli. **Migrações angolanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãs do rei e outras crianças migrantes. *In*: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 13-30.

LOPES, Jades Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância: Reflexões sobre uma área de pesquisa**. Juiz de Fora: FEME, 2005.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Terremo Baldio**: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar geografias. São Paulo: Pedro & João, 2021.

LOPES, Jader Janer Moreira; PAULA, Sara Rodrigues Vieira de. Órfãos de espaço. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 473-486, 29 jul. 2022. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/1984-5499.2022.v24.37030>.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 259-288.  
PJF assina decreto que institui Política Municipal para a População Migrante. **Portal PJF**. Juiz de Fora: 7 dez. 2021. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=73413> Acesso em: 20 de outubro de 2023.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19-54.

ROQUE, Emy Karla Yamamoto; FERRAZ, Deisy Cristhian Lorena de Oliveira. Consequências da crise da democracia na Venezuela – os refugiados venezuelanos e a transnacionalidade. In: Seminário Internacional de Democracia e Constitucionalismo, 12., 2019, Espanha. **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade**, [s. l], v. 6, n. 1, set. 2019, p. 154-174.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Gustavo Junger da; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. Refúgio em Números, 5ª Ed. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SOJA, Edward William. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

SOUZA, Dimas Antônio de. **Diagnóstico sobre migração e refúgio em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2017.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. MigraCidades. **Relatório de seguimento/2022 – Juiz de Fora/MG**. Rio Grande do Sul: 2022, 25 p.

ZERO, Marcelo. Para entender a Venezuela. **Carta Capital**, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela/> Acesso em: 29 jul. 2023.